

A ESCOLARIZAÇÃO FORMAL DAS MULHERES ENAWENE NAWE: UM MARCO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM JUÍNA, MATO GROSSO

Cleyde Nunes Pereira de Carvalho
Gestora de Formação de CNT - Ponto Focal EEI DRE/COFOR/Juína

Tamara Oliveira Missio
Coordenadora de Formação – DRE/COFOR/Juína

Valdiney Ferrez Pereira
Coordenador Pedagógico EEI Enawene Nawe – Professor Seduc/MT

Wayakoliokoli Enawene
Professor EEI Enawene Nawe – Seduc/MT

Resumo

Este artigo tem por objetivo documentar e analisar a escolarização das mulheres Enawene Nawe, considerando-a um marco histórico tanto para a comunidade quanto para a Educação Escolar Indígena em Mato Grosso. A contextualização do processo levou em conta a criação da escola Estadual Indígena Enawene Nawe, oficializada pelo Decreto Estadual nº 331, de 18 de novembro de 2015, localizada na Terra Indígena Enawene Nawe, município de Juína, bem como a estrutura sociocultural do povo Enawene Nawe e a colaboração com a Diretoria Regional de Educação (DRE) de Juína. No ano de 2024, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), cursaram o Ensino Médio, estudantes distribuídos em oito turmas, sendo quatro turmas compostas por homens e quatro por mulheres. No conjunto das turmas, duas eram do 3º ano e, entre essas, pela primeira vez, 25 mulheres Enawene concluíram a Educação Básica, representando um marco na história da Educação Escolar Indígena da comunidade e do Estado de Mato Grosso. Esse estudo descreve brevemente a organização sociocultural do povo Enawene Nawe, a criação da escola e o significado da escolarização das mulheres para a comunidade, por meio, principalmente, da contribuição de um dos professores coautor desse artigo. Cabe destacar a parceria institucional da Diretoria Regional de Educação (DRE) nesse processo, engajado no fortalecimento da Educação Escolar Indígena na região Noroeste de Mato Grosso. Conclui-se que a formação da primeira turma feminina representa um marco histórico digno de registro, bem como evidencia avanços e destaca os progressos na realização do direito à educação em consonância com a cultura e as iniciativas coletivas do povo Enawene Nawe.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Mulheres Enawene Nawe; Escolarização Feminina; Marco Histórico.

1. Introdução

A Escola Estadual Indígena Enawene Nawe, no ano de 2024, vivenciou um momento histórico em sua trajetória: pela primeira vez, 25 mulheres da comunidade, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), concluiu a Educação Básica. A cerimônia de formatura simbolizou mais do que a conclusão do Ensino Médio pelas estudantes; transformou-se em um marco histórico para o povo Enawene Nawe, fruto de um processo de construção coletiva da Educação Escolar Indígena que considera os tempos, os valores e a estrutura social locais.

Documentar essa vivência ajuda a preservar a memória da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso e a dar visibilidade a uma conquista que foi construída dentro da própria comunidade. O percurso construído foi acompanhado, principalmente, pelos autores deste

estudo: um professor Enawene Nawe integrante da comunidade escolar, o coordenador pedagógico da escola e profissionais da Diretoria Regional de Educação (DRE) de Juína engajados no fortalecimento da Educação Escolar Indígena e parceiros institucionais desse processo.

É importante destacar que a inclusão da mulher indígena no sistema educacional é um resultado de lutas, desafios e da superação de obstáculos históricos. Durante um longo período, a oportunidade de frequentar a escola foi inacessível para muitas mulheres indígenas, que se viram limitadas a adquirir conhecimentos tradicionalmente ensinados dentro de suas famílias e comunidades.

No Estado de Mato Grosso, a Educação Escolar Indígena ocupa um importante papel em razão da ampla diversidade étnica existente, necessitando de políticas públicas que possibilitem combinar o direito à educação com o respeito às particularidades culturais de cada comunidade. Nesse contexto, ressalta-se a criação da Escola Estadual Indígena Enawene Nawe, legalizada pelo Decreto Estadual nº 331, de 18 de novembro de 2015, estabelecida na Terra Indígena Enawene Nawe, município de Juína (MATO GROSSO, 2015).

É importante salientar que, apesar de haver estudos sobre o povo Enawene Nawe sob enfoques antropológicos e etnográficos, ainda são escassas as pesquisas que documentam a recente trajetória da escolarização em seu território e os marcos históricos ligados à participação feminina na educação formal.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo documentar e analisar a escolarização das mulheres Enawene Nawe, considerando-a um marco histórico tanto para a comunidade quanto para a Educação Escolar Indígena em Mato Grosso. A contextualização do processo levou em conta a criação da escola, a estrutura sociocultural do povo Enawene Nawe e a colaboração com a Diretoria Regional de Educação (DRE) de Juína.

O artigo tipifica-se como um estudo de abordagem qualitativa e de caráter descritivo, desenvolvido com a intenção de registrar o momento histórico vivenciado pela Escola Indígena Enawene Nawe, especialmente no que diz respeito à escolarização das mulheres e à conclusão da primeira turma feminina de Ensino Médio em 2024.

Para o desenvolvimento do texto, foram consultadas fontes bibliográficas e documentais relacionadas à Educação Escolar Indígena e à legislação educacional, além das respostas de um professor indígena Enawene Nawe, coautor desse artigo, obtidas por meio de duas perguntas

abertas sobre a importância da escolarização das mulheres e o significado dessa conquista para a comunidade.

As informações foram sistematizadas e apresentadas de maneira descritiva, com o intuito de manter a visão do professor e documentar esse fato sob a perspectiva histórica, educacional e cultural do povo Enawene Nawe.

Os registros realizados pela comunidade, escola e instituições parceiras contribuem para a preservação da memória coletiva e garantem que conquistas como essa não fiquem ocultas na história da Educação Escolar Indígena.

2. As Mulheres Enawene Nawe e a sua função na Comunidade

O povo Enawene Nawe habita a Terra Indígena Enawene Nawe, localizada na região noroeste de Mato Grosso, a aproximadamente 170 km do município de Juína. A comunidade está distribuída entre as aldeias Dolowikwa e Kotakowinakwa, situadas às margens do rio Canoas. Falantes de uma língua do tronco linguístico Aruák, os Enawene Nawe são um povo de contato relativamente recente, ocorrido a partir da década de 1970 por meio das frentes de atração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (ISA, 2023).

Os ciclos rituais, que organizam o calendário anual e conectam a agricultura, a pesca, os cantos, as danças e as cerimônias coletivas, orientam fortemente a vida social dos Enawene Nawe (ISA, 2023). Esses rituais são fundamentais para a afirmação da identidade cultural e direcionam a transmissão de saberes entre as gerações. A educação acontece principalmente no contexto familiar e comunitário, por meio das experiências diárias e dos ensinamentos dos mais velhos (ISA, 2023).



Foto 1 – Vista aérea da aldeia Enawene Nawe.

Fonte: Arquivo dos autores / Registro fotográfico, 2024.

A imagem possibilita a observação do território Enawene Nawe em que se articulam habitação, interação e diferentes dimensões da vida social das pessoas da comunidade.

Nesse arranjo social, as mulheres têm um papel crucial para a manutenção da vida em comunidade: atuam no cultivo das roças (especialmente da mandioca), na confecção de utensílios do dia a dia, nos cuidados com a família e na preservação e transmissão da língua materna e das práticas culturais (BARCELOS NETO, 2008; ISA, 2023). Apesar da divisão

sexual do trabalho, a contribuição das mulheres é crucial para a vida comunitária e para a execução dos próprios rituais que sustentam a sociedade Enawene Nawe (BARCELOS NETO, 2008).



Foto 2 – Mulheres Enawene Nawe em atividade de cultivo na roça de mandioca.

Fonte: Arquivo dos autores / Registro fotográfico, 2024.

O registro fotográfico mostra o envolvimento das mulheres nas atividades agrícolas, essenciais para a vida cotidiana e a estrutura da comunidade Enawene Nawe.

Formalmente, a escola entre os Enawene Nawe iniciou somente para os homens, que estudavam já antes da criação oficial da unidade estadual. Devido à dinâmica sociocultural e ao tempo necessário para que a comunidade absorvesse a educação escolar, as mulheres ficaram mais distantes desse processo educativo formal. A entrada das mulheres foi lenta e gradual até que, em 2024, a primeira turma feminina foi diplomada, conforme explicitado nas seções seguintes deste estudo.



Foto 3 – Mulheres Enawene Nawe reunidas durante atividade na roça.

Fonte: Arquivo dos autores / Registro fotográfico, 2024.

A imagem documenta uma ação coletiva e sublinha a presença feminina em atividades que entrelaçam o cotidiano, o trabalho e a organização da comunidade.

3. A Escola no território: Identidade e Fortalecimento da Educação Escolar Indígena

A Escola Estadual Indígena Enawene Nawe foi oficializada pelo Decreto Estadual nº 331, de 18 de novembro de 2015, marcando o reconhecimento estatal do direito do povo Enawene Nawe a uma escola situada em seu próprio território (MATO GROSSO, 2015). Antes desse ato normativo, as atividades escolares eram realizadas em locais improvisados. A infraestrutura e a disponibilização de materiais didático-pedagógicos ocorreram de maneira progressiva, superando os desafios logísticos característicos de áreas indígenas de difícil acesso.



Foto 4 – Estrutura escolar utilizada antes da consolidação da escola atual, em 2024.

Fonte: Arquivo dos autores / Registro fotográfico, 2024.

A imagem retrata uma etapa do processo escolar, marcada pelo funcionamento da escola em estrutura provisória e insuficiente. Contudo, a despeito dessas adversidades, a comunidade manteve seu compromisso com a educação escolar. A escola integra a rede de políticas públicas da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc), articulada com a Diretoria Regional de Educação (DRE) de Juína, objetivando assegurar uma educação específica, diferenciada, intercultural, bilíngue, comunitária e territorializada (BRASIL, 1988, 1996, 2012).



Foto 5 – Estrutura atual da Escola Estadual Indígena Enawene Nawe, em 2026.

Fonte: Arquivo dos autores / Registro fotográfico, 2026.

A imagem mostra a estrutura atual da escola e revela parte do processo de efetivação das condições materiais para o desdobramento da Educação Escolar Indígena no território.

Para os povos indígenas, a escola é mais do que apenas um local de educação formal; ela serve como um território onde conhecimentos científicos e saberes tradicionais se encontram e se interagem. O currículo dialoga com a língua materna, com os ciclos rituais, com a pesca, com a agricultura, com os ensinamentos dos mais velhos, com o fortalecimento da identidade e da autonomia da comunidade (LUCIANO, 2006; BRASIL, 2012).

A escola não é apenas um lugar de ensino formal; é também um espaço onde se encontram o conhecimento científico e o saber tradicional. O currículo é estruturado para dialogar com a língua materna, com os rituais, com a pesca, com a agricultura e com o saber dos mais velhos, reforçando a identidade e a autossuficiência da comunidade.



Foto 6 – Formatura da primeira turma de mulheres Enawene Nawe no Ensino Médio, em 2024.

Fonte: Arquivo dos autores / Registro fotográfico, 2024.

O registro fotográfico da formatura simboliza, de maneira visual, o marco histórico que este trabalho analisa: a conclusão da Educação Básica pela primeira turma de mulheres Enawene Nawe.

A turma formada por 25 mulheres em 2024 amplia o alcance da cidadania e dos direitos, sem romper com a cultura ancestral. Como destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (BRASIL, 2012), a educação das mulheres jovens indígenas as prepara para interagir com diferentes culturas e para participar de espaços na comunidade e em instituições, sem renunciar aos princípios éticos e sociais de seu povo.



Foto 7 – Mulheres Enawene Nawe durante a cerimônia de formatura da primeira turma feminina, em 2024.

Fonte: Arquivo dos autores / Registro fotográfico, 2024.

A cerimônia reuniu 25 formandas em uma ocasião de comemoração e valorização de uma conquista construída no decorrer do processo da escolarização das jovens da comunidade.

4. A voz de quem viveu esse processo – Professor Wayakoliokoli Enawene

A Escola Estadual Indígena Enawene Nawe conta, atualmente, com 34 professores indígenas, todos do sexo masculino. Essa situação destaca uma dimensão significativa das relações de gênero no processo de escolarização do povo. Parte desses professores ainda não possui formação em nível superior, ao tempo que alguns encontram-se em processo de formação por meio da Faculdade Indígena Intercultural (FAIND), acrescentando progressivamente sua qualificação para a prática da docência.

Esse cenário auxilia na compreensão da história das mulheres Enawene Nawe, no que diz respeito a educação escolar, já que a presença feminina na escola, tanto como estudante quanto em outras oportunidades profissionais, está inserida em uma situação historicamente caracterizada pela predominância masculina nos espaços educativos formais. Contudo, essa realidade assumiu novos contornos a partir de 2024, com a formatura da primeira turma de mulheres no Ensino Médio. Essa conquista representou um marco histórico na educação da EEI

Enawene Nawe e reafirmou o início de um protagonismo das mulheres na educação escolar indígena da comunidade e do estado de Mato Grosso.

A comunidade indígena tem mostrado apoio e valorização da presença feminina no sistema de ensino formal, entendendo que a escolarização das mulheres é uma vitória coletiva e um meio significativo para o fortalecimento comunitário, social e cultural.

Nesse contexto, para aprofundar a compreensão acerca da participação das mulheres Enawene Nawe no processo educativo formal, foi encaminhado ao professor indígena, também coautor deste artigo, um questionário contendo duas perguntas. Apresentamos, na sequência, as respostas do participante em sua forma literal, na integralidade das suas palavras, sem mudanças ou interferências na composição do depoimento.

No ponto de vista do professor Wayakoliokoli Enawene, a importância da participação das mulheres no processo educativo formal, constitui aspectos de grande significado para a comunidade. Ao ser questionado sobre essa temática, o professor apresentou a seguinte resposta:

A escolarização das mulheres dentro da aldeia, importante para a roça de mandioca, significa as mulheres formada no ensino médio ano 2024, elas não tem como ir na escola tudo dia porque causa da roça mesmo. A importância está nisso a mulher Enawene Nawe que estuda, ela aprende o português, aprende a matemática do não-indígena, mas ela continua sendo Enawene Nawe. Ela vai poder ajudar a comunidade a fazer a ser professora das nossas crianças, a ser agente de saúde, a explicar nossos direitos na cidade. A escola não tira ela da aldeia, ela fortalece a aldeia através dela. A conclusão da primeira turma formada só por mulheres tem um significado histórico. É a primeira vez que vemos nossas filhas, nossas irmãs, nossas esposas atravessando até o fim um caminho que antes parecia que não era para elas. Isso traz orgulho para os mais velhos e traz esperança para as meninas pequenas que hoje estão na escola e já podem dizer eu também vou me formar.

Quando questionado, ainda, sobre a importância de as mulheres Enawene Nawe terem concluído a etapa do Ensino Médio, o professor respondeu:

Por muito tempo, as mulheres Enawene Nawe sempre trabalharam muito para o povo - na roça, na casa, na festa do Yãkwa, na criação dos filhos - mas o espaço da escola formal era pouco ocupado por elas. Quando elas conquistam seu espaço na educação escolar e concluem essa formação, elas mostram que também podem ser voz do povo, que podem ensinar, escrever e defender nossa cultura com a caneta do não-indígena. Essa conclusão significa que a escola da aldeia agora tem o olhar e a voz da mulher. Uma educação que antes era contada mais pelos homens, agora vai ser contada também por elas. Isso é importante porque nossas crianças vão aprender com as professoras Enawene Nawe, na nossa língua e com nosso jeito, e isso fortalece nossa identidade.

O discurso do professor demonstra que a inclusão das mulheres Enawene Nawe na educação escolar, de modo algum, caracteriza um afastamento de suas funções, de seus

conhecimentos tradicionais ou de sua cultura identitária, mas ao desenvolvimento de possibilidades de integração em diversos espaços da comunidade.

Ao assumir a possibilidade de que essas formandas possam atuar como professoras e exercer a tarefa de ensinar a história de seu próprio povo, a fala do professor aponta para a escola como ambiente de consolidação do protagonismo feminino e de engrandecimento dos saberes tradicionais.

Nesse contexto, a educação das mulheres representa um avanço importante para a comunidade Enawene Nawe, pois abre espaço para novas formas de atuação e representação, enquanto preserva a identidade étnica, os saberes ancestrais e os modos de vida e educação tradicionais.

5. Aportes Teóricos da Educação Escolar Indígena: fundamentos e perspectivas

A Educação Escolar Indígena no Brasil é o resultado de um extenso processo de reivindicação dos povos indígenas pelo direito à educação e pela criação de uma escola que valorize suas identidades, línguas, culturas, saberes e modos de organização social. Nesse contexto, entendê-la requer ir além da visão de uma escola que se destina apenas à transmissão de conhecimentos externos, reconhecendo-a como um local para a afirmação da identidade e fortalecimento da cultura dos povos indígenas.

Conforme Grupioni (2006), a Educação Escolar Indígena experimentou mudanças significativas ao longo da história do Brasil. Se, em épocas passadas, a escola esteve ligada a processos de assimilação e integração dos povos indígenas à sociedade nacional, as mobilizações indígenas e os progressos legais alcançados, particularmente a partir da Constituição Federal de 1988, contribuíram para a criação de uma nova visão de educação escolar, fundamentada no reconhecimento da diversidade sociocultural e no direito à diferença.

Nesse sentido, Luciano (2006) enfatiza que os povos indígenas não devem ser vistos de forma homogênea, pois são sociedades diferentes, cada uma com sua própria história, cultura, língua, organização social e projetos. Entender isso é essencial para refletir sobre a escolarização das mulheres indígenas, uma vez que suas vivências educacionais estão intrinsecamente ligadas às particularidades de cada povo e às mudanças experimentadas em suas comunidades. Assim, para discutir a presença feminina na escola indígena, é preciso levar em conta não só as políticas educacionais, mas também as escolhas, demandas e iniciativas criadas coletivamente pelos povos indígenas.

Um marco significativo nesse processo foi a Constituição Federal de 1988, que assegurou aos povos indígenas o direito à educação, bem como o reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/1996, veio a estabelecer, posteriormente, princípios específicos para a educação escolar indígena, enfatizando a importância de uma educação intercultural e diferenciada. Esses marcos legais ajudaram a mudar a visão da escola indígena de uma abordagem integracionista para uma perspectiva baseada no reconhecimento da diversidade cultural e dos direitos coletivos.

Nesse cenário, a educação ganha uma dimensão que vai além da escolarização individual. Segundo Luciano (2006), a educação desempenha um papel fundamental nos processos de afirmação e fortalecimento dos povos indígenas, particularmente quando está integrada aos seus projetos coletivos. O acesso aos conhecimentos escolares pode aumentar as oportunidades de participação dos indivíduos indígenas em diversos contextos sociais e políticos, sem que isso exija necessariamente a renúncia de seus saberes tradicionais.

Essa compreensão possibilita uma reflexão acerca do protagonismo das mulheres indígenas na educação. Ao longo da história, as vivências das mulheres indígenas foram muitas vezes negligenciadas, tanto nas narrativas oficiais quanto em parte da produção acadêmica a respeito dos povos indígenas. No entanto, as mulheres desempenham papéis essenciais na perpetuação dos saberes, manutenção de idiomas e práticas culturais, educação das novas gerações e organização da vida comunitária. Assim, sua presença nos processos educativos não deve ser vista apenas como uma simples inclusão em um espaço anteriormente masculino, mas como uma expansão de sua participação em várias áreas da vida comunitária.

Nesse contexto, o debate sobre gênero entre os povos indígenas deve evitar interpretações generalizadoras fundamentadas unicamente em categorias criadas a partir da sociedade não indígena. Sacchi (2003) destaca a importância de levar em conta as particularidades das vivências das mulheres indígenas e as diversas maneiras como as relações de gênero são formadas em cada povo. As dimensões cultural, social, territorial e histórica influenciam a condição das mulheres indígenas, tornando inadequada uma análise que apenas reproduza modelos universais de entendimento das relações entre homens e mulheres.

A visão do protagonismo feminino indígena também recebe uma contribuição significativa na criação de escritoras indígenas. Potiguara (2004) destaca a relevância de

reconhecer as vozes, memórias e vivências das mulheres indígenas como componentes fundamentais da história dos povos indígenas ao discutir a trajetória histórica dessas mulheres.

A mulher indígena não deve ser retratada apenas como um objeto de políticas públicas ou como uma figura secundária nos processos históricos. Ela deve ser reconhecida como um sujeito capaz de gerar conhecimento, reivindicar direitos, participar das decisões coletivas e atuar na mudança de sua própria realidade.

Essa visão é especialmente importante ao considerar a conquista do espaço escolar pelas mulheres. O acesso à educação pode significar uma mudança em contextos históricos de exclusão, porém sua relevância vai além da obtenção de conhecimentos formais. A escolarização pode aumentar as oportunidades de envolvimento social, acesso à informação, interação com instituições públicas e participação em processos de defesa dos direitos de suas comunidades para as mulheres indígenas. Assim, a educação pode se tornar uma ferramenta para o fortalecimento tanto individual quanto coletivo.

Essa reflexão também é enriquecida pela ideia de interculturalidade. Candau (2008) define a interculturalidade como uma abordagem que procura criar conexões entre diversos grupos e saberes, a partir do reconhecimento das diferenças e do combate às desigualdades. Quando aplicada à Educação Escolar Indígena, essa visão considera que os saberes indígenas não devem ser vistos como inferiores ou apenas complementares ao conhecimento escolar tradicional. Em vez disso, implica o reconhecimento de que existem várias maneiras de produzir, organizar e transmitir conhecimentos.

Maher (2006), ao abordar a educação escolar indígena, enfatiza a relevância de uma escola criada em diálogo com as comunidades indígenas, levando em conta seus projetos e particularidades. Nesse contexto, a escola não deve adotar modelos externos de organização social ou cultural, mas sim se estabelecer como um espaço para negociação, diálogo e criação de novos saberes. Assim, a escolarização das mulheres deve ser entendida no contexto dos projetos educacionais elaborados pelas comunidades, levando em consideração suas escolhas e seus processos internos de mudança.

Portanto, a conquista do espaço educacional pelas mulheres indígenas pode ser entendida como um componente de um movimento mais abrangente para expandir direitos e fortalecer a presença feminina. No entanto, é fundamental evitar uma interpretação que considere essa trajetória apenas como uma "superação" de uma alegada condição de

inferioridade cultural. Observa-se um gradativo percurso rumo a mudanças sociais, em que as comunidades indígenas desenvolvem novos aspectos de participação para as mulheres, combinando conhecimentos tradicionais com aqueles obtidos na escola.

Na atual realidade vivida pelas mulheres Enawene Nawe, esse assunto adquire um destaque especial, com a conclusão da escolarização formal, em 2024, pelas primeiras turmas constituídas por mulheres da comunidade. Esse fato pode ser compreendido como enunciação de mudanças expressivas no percurso educacional desse povo em questão.

Vale salientar que das oito turmas de Ensino Médio que compunha o quadro da escola no ano letivo de 2024, quatro eram constituídas por mulheres e quatro por homens, sendo apenas duas de cursistas do 3º ano. Formaram-se, pela primeira vez, 25 jovens mulheres Enawene Nawe na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Dessa forma, mais do que um dado numérico, esse fenômeno evidencia a instituição de diversas possibilidades de participação feminina nos espaços de vivências e saberes que antes não eram igualmente disponíveis a elas. Nesse contexto, a participação ativa vai além da iniciativa individual de ir à escola; abrange também o comprometimento da comunidade e de suas lideranças para promover essa trajetória educacional.

A vivência educativa Enawene Nawe possibilita, assim, compreender a educação enquanto direito que se concretiza por meio de ações compartilhadas. A presença das jovens estudantes no ambiente educativo não significa a desvalorização dos saberes tradicionais ou das práticas socioculturais estabelecidas, mas pode orientar a ampliação dos meios à disposição para que essas mulheres possam engajar-se nos encaminhamentos e nas propostas de suas comunidades.

Nesse contexto, a escola pode ser empregada como instrumento de fortalecimento, desde que esteja articulada às demandas, aos princípios e aos propósitos definidos pela própria comunidade. Quando uma mulher indígena alcança o direito de estudar, os reflexos desse marco se estendem à sua família, à sua comunidade e às gerações vindouras. A mulher com educação escolar obtém novos saberes para dialogar e socializar entre o seu grupo e com outros agentes sociais, o que lhe possibilita atuar para a promoção dos direitos dos povos indígenas e a valorização das futuras gerações.

Assim, dialogar sobre a escolarização das mulheres Enawene Nawe é reconhecer um processo marcado por transformações na sociedade, pela participação ativa da comunidade e

pela ampliação do direito à educação. Nesse cenário, as 25 jovens estudantes que concluíram os seus estudos em 2024 evidenciam não só um grupo que alcançou uma etapa de ensino, mas sujeitos sociais que passaram a utilizar um espaço que historicamente não estava disponível para as mulheres da comunidade. Seu percurso evidencia que a Educação Escolar Indígena pode exercer uma função central na instituição de novos caminhos para a atuação feminina, resguardando a identidade, os conhecimentos tradicionais e o projeto comunitário do povo Enawene Nawe.

À luz desse referencial, compreende-se que a educação das mulheres indígenas precisa ser analisada por meio de uma dimensão de direitos, protagonismo e construção comunitária. A participação de mulheres na escola integra uma dinâmica mais diversificada de reconfiguração na Educação Escolar Indígena, em que os povos indígenas requerem a garantia de atribuir os significados, as finalidades e as direções de sua educação. No contexto Enawene Nawe, o percurso dessas mulheres revela pontualmente essa capacidade criativa, de forma comunitária, novos caminhos educacionais, validando a escola como um espaço de construção de conhecimentos, participação e afirmação da comunidade.

6. A Diretoria Regional de Educação (DRE) e o suporte às Escolas Estaduais Indígenas

A Diretoria Regional de Educação de Juína (DRE Juína), vinculada à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT), exerce uma função primordial no alinhamento, análise e reafirmação das políticas educacionais na região Noroeste do Estado de Mato Grosso. A atuação da DRE engloba diversas coordenadorias que desenvolvem iniciativas voltadas a promoção do direito à educação e no aprimoramento das práticas pedagógicas nas unidades escolares no âmbito de sua responsabilidade.

Nesse cenário, a Coordenadoria de Formação (COFOR) se destaca por sua importante função de acompanhamento pedagógico e formativo das Escolas Estaduais Indígenas (EEIs) do polo de Juína. A COFOR atua de forma integrada às particularidades da Educação Escolar Indígena, levando em conta os princípios da interculturalidade, diferenciação, respeito aos saberes tradicionais, às línguas, aos tempos e às formas de organização de cada povo.

A COFOR participa de processos de formação e ações de acompanhamento das EEIs, com o objetivo de ajudar a criar práticas educativas que sejam contextualizadas e socialmente referenciadas. Este estudo ganha importância ao considerar a história do acesso das mulheres

indígenas à educação, que é caracterizada por desigualdades e várias formas de invisibilização de suas vivências, conhecimentos e protagonismos.

Para as mulheres Enawene Nawe, o suporte institucional da DRE Juína faz parte de um processo de ensino elaborado com base nas necessidades e na mobilização da própria comunidade. A participação da instituição, especialmente por meio da COFOR, é compreendida como um componente de ação colaborativa que fortalece a trajetória educacional das estudantes, reconhecendo o protagonismo do povo Enawene Nawe na definição dos caminhos de sua educação. Desse modo, por meio da COFOR, a DRE Juína supera a dimensão administrativa ou meramente técnica do suporte escolar.

Faz parte de um processo mais abrangente de fortalecimento da Educação Escolar Indígena, auxiliando para que a escola se torne um espaço de garantia de direitos, valorização cultural e aumento das oportunidades de participação das mulheres indígenas na vida escolar e comunitária.

Nesse trajeto, seguir a escolarização das mulheres Enawene Nawe também implica em reconhecer uma mudança histórica, na qual a educação se torna um meio de fortalecimento pessoal e comunitário, preservação cultural e criação de novas oportunidades para as gerações atuais e vindouras.

7. Considerações Finais

A conclusão do primeiro grupo da Educação Básica, composto por 25 mulheres, em dezembro de 2024, destaca a importância da Educação Escolar Indígena, quando baseada nos princípios da interculturalidade, territorialidade e respeito às temporalidades dos povos originários. Esse evento vai além do simples cumprimento das etapas formais do sistema educacional; representa uma declaração de independência e um marco histórico tanto para o povo Enawene Nawe quanto para a história da educação em Mato Grosso.

Ao combinar os conhecimentos escolares com os saberes tradicionais, as formandas ganharam novas ferramentas para atuar sociocultural e politicamente junto à sociedade, mantendo a conexão com seus modos de vida, rituais e dinâmicas comunitárias. A trajetória da Escola Estadual Indígena Enawene Nawe, em colaboração com a comunidade e a Diretoria Regional de Educação de Juína, demonstra que a criação de uma escola única requer um diálogo constante, superação de obstáculos infraestruturais e dedicação ao protagonismo indígena. A

qualificação das mulheres se evidencia como um alicerce fundamental para a reafirmação da comunidade.

Alcançar o direito de estudar não pressupõe abandonar os seus conhecimentos tradicionais e cultura, mas sim ampliar as oportunidades de interação e autodeterminação. A mulher indígena, com o acesso à escola, iniciou um processo gradativo de ocupação dos espaços de produção e difusão de saberes, ampliando a sua voz na comunidade e contribuindo para a formulação de novas oportunidades para as futuras gerações. Dessa forma, a escolarização das mulheres indígenas reflete tanto uma conquista individual quanto um legado coletivo, resultado do esforço das comunidades e de suas lideranças, almejando uma educação que considere sua singularidade, projetos de vida e cultura.

Nesse cenário, enfatiza-se também a importância dos registros históricos elaborados e preservados pela própria comunidade Enawene Nawe, bem como pela escola e pelos diferentes membros da comunidade implicados nesse processo. Documentos escolares, depoimentos, fotografias, atas e memórias das lideranças e formandas são fundamentais para preservar a história do processo formativo das mulheres. Além disso, garantem que essa conquista seja reconhecida como um marco na trajetória do povo Enawene Nawe e na Educação Escolar Indígena em Mato Grosso.

Por fim, registrar essa história é tanto documentar um evento quanto valorizar a memória coletiva, dar visibilidade às vozes indígenas e ajudar as novas gerações a entenderem os trajetos percorridos por suas antecessoras. A preservação desses registros adquire um aspecto político e educativo, uma vez que reforça a identidade, a memória e o protagonismo do povo Enawene Nawe na elaboração de sua própria história.

REFERÊNCIAS

BARCELOS NETO, Aristóteles. *Apapaatai: rituais de máscaras no Alto Xingu*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2012.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Povos Indígenas no Brasil: Enawene Nawe*. São Paulo: ISA, 2023. Disponível em: <https://piib.socioambiental.org>. Acesso em: 2 set. 2026.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Museu Nacional, 2006.

MAHER, Terezinha Machado. A formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2006.

MATO GROSSO. *Decreto Estadual nº 331, de 18 de novembro de 2015*. Dispõe sobre a criação da Escola Estadual Indígena Enawene Nawe. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 2015.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. São Paulo: Global, 2004.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Revista Antropológicas*, Recife, ano 7, v. 14, n. 1/2, p. 95-110, 2003.